

Curitiba, 8 de Fevereiro de 2011.

**Ao Senado Federal
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

REF.: Sabatina do jurista indicado para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux

Excelentíssimos Senhores Senadores,

As Organizações de Direitos Humanos que abaixo subscrevem, atentas ao processo de nomeação para o novo Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, preocupadas em conhecer em tempo oportuno a compreensão, posturas e compromisso do jurista indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República em relação aos direitos humanos, e interessadas em contribuir e participar democraticamente deste processo republicano, vêm apresentar os seguintes requerimentos a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A sociedade vem acompanhando com atenção os processos de democratização do Poder Judiciário, reconhecendo e voltando seu interesse e disposição para contribuir e exercitar seus direitos de participação nas análises e definições das políticas e programas de justiça, em especial no que se refere ao compromisso e responsabilidade do Poder Judiciário em relação à efetivação dos direitos humanos, em todas as suas dimensões.

Em tempos de reforma do judiciário, novas experiências de participação social apresentam-se como mecanismo para uma efetiva democratização das instituições da justiça. Por este motivo, reivindica-se junto à CCJ:

1. Que seja publicado e divulgado na rede mundial de computadores, com a devida antecedência, o parecer elaborado pelo Exmo. Sr. Senador relator da CCJ sobre a mensagem do Executivo com a indicação presidencial;
2. Que seja aberta a oportunidade para a sociedade apresentar à CCJ, pela via virtual, informações e questionamentos acerca do indicado pelo Poder Executivo;
3. Que seja convocada oportunamente audiência pública para que sejam coletadas pelos Srs. Senadores informações e questionamentos para a ocasião da sabatina;

4. Que desenvolva, em diálogo com a sociedade, mecanismo de participação social na sabatina oficial, assunto para o qual as organizações signatárias se colocam à disposição para o diálogo.

Diante destas questões de suma relevância, que indicam para a construção de um processo democrático de participação social na nomeação para o cargo de ministro do STF, as organizações de direitos humanos signatárias vêm apresentar à CCJ a necessidade de estabelecer um compromisso com a implementação destes mecanismos democráticos, incorporando ao competente processo de sabatina mecanismos de participação social, a fim de aproximar a sociedade deste importante momento do nosso Estado Democrático de Direito.

Assinam este ofício:

Terra de Direitos

Conectas Direitos Humanos

Ação Educativa

Geledés – Instituto da Mulher Negra

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH

Centro de Assessoria Popular Mariana Criola